

LIDERANÇA DO MpD

A disputa para a liderança do MpD prossegue. Agostinho Lopes ganhou as eleições do final da semana passada, realizadas em Santa Catarina e S. Nicolau, averbando duas importantes vitórias. Lopes elegeu 12 delegados contra 11 de Jorge Santos. Ulisses ficou na fatia de dois representantes, conseguidos apenas na cidade de Assomada. Mas até à convenção, muito coisa pode ainda acontecer.



Agostinho vence na Assomada e em S. Nicolau

O presidente cessante do MpD elegeu cinco delegados em S. Nicolau, contra quatro de Jorge Santos, que contou com o apoio do edil local, Amílcar Spencer Lopes. Em Santa Catarina, JS e AL empataram sete a sete, mas este último teve mais votos do que o primeiro.

Este facto foi considerado por um apoiante de Agostinho Lopes como uma "grande derrota para Jorge Santos", cuja candidatura partiu deste concelho, tendo como mandatário Mário Silva, até agora considerado o homem forte do partido na região de onde é natural. O próprio Santos, havia afirmado a este jornal que Santa Catarina e Santa Cruz eram dois baluartes seus em Santiago, daí ter partido com confiança redobrada para esses dois pleitos eleitorais.

No caso de Santa Catarina os apoios de Carlos Albertino Veiga e Moisés Monteiro acabaram por superar a influência de Mário Silva, José António Pinto Monteiro e Austelino Correia. Já em São Nicolau o factor Gualberto do Rosário e José Cabral anulou, quase por completo, a eventual vantagem que Spencer Lopes poderia ter neste processo de disputa interna no MpD.

Agostinho Lopes é neste momento um homem satisfeito consigo próprio e espera voltar a marcar mais golos no próximo dia 21, quando for a vez de São Domingos eleger os seus sete delegados à VII Convenção. Jorge Santos, por sua vez, vai tudo fazer para reverter a tendência que se vem desenhando a favor do seu concorrente mais directo, e levar a água para o seu moinho.

Ulisses Silva, esse, parece cada vez mais afastado desta corrida a dois, restando-lhe apenas o factor delegados natos. Como consolo vai deitando mão da supremacia da sua tendência na bancada parlamentar. Sim, porque mais uma vez, é o ex-ministro das Finanças a dar a cara no debate do Orçamento do Estado agendado para a próxima semana (ver pág. 4).

Mas a guerra dos números no MpD continua. Jorge Santos, sem contabilizar para o seu principal adversário os votos de Calheta de S. Miguel e da Emigração, diz que vai à frente com 76 ou 77 delegados, isto incluindo um delegado de Santo Antão que está a reivindicar a Ulisses Silva. Agostinho Lopes garante que leva uma diferença de nove a dez delegados a mais em relação a JS, somando um total de 86 delegados, incluindo

os cinco representantes de S. Miguel e outros nove da emigração. A candidatura de Ulisses Correia e Silva está, por seu turno, entre 22 e 23 delgados.

Por isso, agora que as águas estão praticamente definidas, as atenções se viram este fim de semana para S. Domingos, o último concelho a eleger, no próximo domingo, os seus sete delegados à convenção. Ou seja, nos próximos dias a luta dos três concorrentes vai centrar-se nas eleições desse concelho de Santiago para, na próxima semana, a disputa se centrar nos 100 delegados natos, membros dos diferentes órgãos nacionais do MpD, pois serão eles, ao fim e ao cabo, mais os representantes eleitos pelas bases, escolherem quem irá comandar o partido nos próximos três anos.



PRD marca congresso

A Comissão Permanente do PRD que esteve reunida, no final da semana passada, na Praia, para reflectir sobre a vida interna da organização e analisar a situação política nacional, tomou um conjunto de decisões para reactivar o partido, com destaque para o seu próximo congresso, que ficou marcado para o primeiro trimestre de 2005. Victor Fidalgo é o único dirigente que, até esta, já se manifestou disponível para disputar a liderança dos renovados.

O encontro, alargado aos membros da Comissão Política Nacional e dirigentes da região da Praia, analisou o estado de organização e funcionamento em que se encontra o PRD, pondo ênfase na situação de liderança interina por que passa esse partido. Isto desde que Jacinto Santos se demitiu do cargo de presidente, deixando no seu lugar Simão Monteiro. "Analisámos a situação do PRD e decidimos reactivar os

membros e as estruturas concelhias, com vista à preparação do próximo congresso do partido, a ter lugar no primeiro trimestre de 2005", diz a nossa fonte.

Este órgão máximo dos renovadores terá como objectivo principal rever os estatutos, aprovar as estratégias para os próximos embates eleitorais e eleger os novos órgãos dirigentes do partido, inclusive o novo líder do PRD. "Com esse movimento, vai-se abrir o processo de candidatura à liderança do partido, já que, até este momento, apenas o economista Vítor Fidalgo manifestou a sua intenção de correr àquele cargo no próximo congresso".

Além de uma reunião do Conselho Nacional, cuja data está ainda por ser marcada, a Comissão Permanente decidiu realizar, proximamente, encontros com os membros do PRD e organizações da sociedade civil, bem como reuniões de trabalho com as comissões políticas nacional e regionais em todas as ilhas. Isto tudo no sentido de reflectir sobre o futuro do partido e prepará-lo para as legislativas de 2006.

O processo de criação de cinco novos muni-

cípios em Cabo Verde era uma das matérias, da vida política nacional, que estava prevista para ser analisada na reunião da CP da semana passada do PRD mas que teve de ser adiada para uma próxima oportunidade. Uma prorrogação devida ao facto de, segundo a mesma fonte, o encontro ter-se ocupado mais de assuntos que dizem respeito à vida interna da organização.

Mesmo assim, Victor Fidalgo comenta que Cabo Verde tem coisas mais importantes para fazer do que pensar em criar mais municípios, dispersando ainda mais os poucos recursos disponíveis. "Com a excepção feita ao caso de Tarrafal de S. Nicolau, que pode vir a resolver o problema da comunicação com a vila da Ribeira Brava, não creio que a criação de novos municípios seja uma prioridade para o país. Havendo recursos, estes devem ser aplicados em investimentos económicos", defende o candidato a líder do PRD, para quem, além de reforçar a bipolarização política existente no país, o surgimento de novas autarquias aumentará os custos com o funcionamento do Estado.

O último Orçamento



A Assembleia Nacional discute e vota na próxima semana aquele que será praticamente o último Orçamento de Estado desta legislatura. O governo apresenta, desta feita, um OE mais descomprimido e virado para a "coesão social". Uma intenção que leva a oposição a qualificar o OE de eleitoralista, ou não fosse 2005 um ano pré-eleitoral.



apostar no investimento, especialmente nas infra-estruturas e no sector social.

Serra salienta, também que o "objectivo de consolidação orçamental" e o da "qualidade da despesa pública", perseguidos até aqui, não são conjunturais. E explica: "Não estamos a perseguir esses dois objectivos durante um determinado período de tempo para que depois tudo volte ao mesmo". A acontecer, isso seria "o pior que poderia acontecer no momento em que a política levada a cabo começa a produzir frutos palpáveis. Seria deitar tudo a perder".

Por isso, definidas as águas orçamentais em que pretende navegar, o governo pretende, em 2005, "um forte crescimento" da economia e "uma forte co-

esão social". Trata-se, segundo João Serra, de um OE "socialmente solidário", porque mais virado para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, e "economicamente estimulante", por significar "um forte investimento público na economia real".

No valor de 35 milhões de contos, em termos gerais, este OE tem como horizonte um crescimento do PIB de 6%, o aumento do emprego, a manutenção em baixa da inflação (entre zero e um por cento), reservas cambiais correspondentes a dois meses de importação, etc. Em termos de repartição do bolo orçamental, o Ministério das Finanças mobiliza 38% da fatia, seguindo-se os ministérios da Educação (26%) e Saúde (9%).

No capítulo dos investimentos, o OE reserva 16 milhões de contos, 37% dos quais oriundos dos donativos, 46% de empréstimos externos e 12% do tesouro do Estado. Diz a

proposta que esses 16 milhões de contos representam um crescimento de 16% em relação a 2004, valor este que resulta do aumento da pensão social mínima, a Operação Esperança (destinada à habitação social), a construção de estradas, nomeadamente a Circular da Praia, a Estrada Praia-São Domingos, Nó Rodoviário da Ribeira Grande, Paul, etc.

Os "ganhos adquiridos" até aqui permitem, segundo João Serra, aumentar a pensão social mínima de 1300 escudos para 3 mil escudos, além de mais mil cidadãos passarem a estar abrangidos por essa medida de segurança social. Em termos salariais, a administração pública deverá ter um reajustamento acima da inflação prevista, ou seja, de 2%.

Uma outra medida, esta a nível fiscal, é alterar o sistema de cobrança do IUR-PC, que vai diminuir de 35 para 30%. Ainda aqui o governo vai também reduzir os níveis de retenção de impostos na fonte, por forma a evitar a "anestesia fiscal" ou, por outras palavras, a imobilização de recursos junto dos cidadãos através dessa via. A ideia, diz a proposta orçamental, é "tornar o imposto apurado o mais próximo possível do imposto retido e evitar grandes oscilações na retenção na fonte".

Diz o governo que a execução do OE para 2005 deverá traduzir-se em mais crescimento, mais emprego, menos pobreza e melhor boa governação. "Para o financiamento do défice, do lado das operações activas, deverão contribuir empréstimos externos e empréstimos internos, nos montantes respectivamente de 7,5 e 0,3 milhões de contos", lê-se no texto de enquadramento da referida proposta orçamental.

Dívida pública

A dívida interna de Cabo Verde registou nos últimos três anos um comportamento irregular. Isto é, cresceu entre 2001 e 2002 para

diminuir em 2003. Em 2001, essa dívida era de 12,2 milhões contos e representava 25,1% do PIB. No ano seguinte ela subiu para 22,3 milhões contos, representando 29,9% relativamente ao PIB. Em 2003, o valor da mesma dívida caiu para 22,2 milhões de contos. O BCA e o BCV continuam a ser os maiores credores do Estado, a nível bancário. Fora desse sector, é o INPS que detém o grosso (87,8%) da carteira.

Na frente externa, o Estado tem vindo a saldar os seus compromissos, e a dívida vai tendencialmente diminuindo desde 2001, um decréscimo que se ficou a dever, em parte, à variação do dólar nos casos de compromissos multilaterais. Em 2001 a dívida externa estava estimada em 35,1 milhões de contos, o que representava 51,2% do PIB. No ano seguinte caiu para 32,7 milhões de contos, uma redução de 6,6% em termos relativos. E nos finais de 2003 ela estava calculada em 29,6 milhões de contos.

Somente em 2003 foram desembolsados 1,8 milhões de contos para pagamentos correntes e 186 mil contos para pagamentos de atrasados, cifra esta que corresponde a 49% do valor orçamentado para aquele ano. Os desembolsos efectuados em 2003 foram de 585 mil contos de pagamentos correntes (94% do orçamentado para esse ano) e 12 mil contos de atrasados (406% do orçamentado para o mesmo ano).

Para 2005 o governo promete a adopção de um conjunto de medidas que visam, entre outros objectivos, a reestruturação da dívida e o financiamento e acompanhamento do *trust fund*, mecanismo criado nos anos 90 para sanear a dívida interna cabo-verdiana. O executivo pretende igualmente privilegiar os empréstimos concessionais, por forma "a responderem adequadamente às prioridades de desenvolvimento do país".

José Vicente Lopes

O OE de 2005 tem tudo para entrar nos anais deste mandato do PAICV como um orçamento diferente dos anteriores. Além de ser praticamente o último desta legislatura, é um OE que vai trabalhar com dois novos instrumentos - o Documento de Estratégia do Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) e, provavelmente, o programa MCA que, a concretizar-se, poderá traduzir-se numa importante injeção financeira para o país (ver centrais). Segundo o ministro das Finanças, trata-se este de um orçamento de "consolidação do crescimento e combate à pobreza". No entanto, apesar dos sinais de "afrouxamento" do cinto, o governo continua a falar na "salvaguarda" da sua política de rigor e disciplina orçamentais. Uma tensão que João Serra assume como possível, uma vez que, segundo ele, o governo está a poupar no funcionamento da máquina administrativa para

MpD volta a chumbar OE

A próxima sessão plenária é um verdadeiro dois em um. De 22 a 24 tem lugar a sessão de Novembro dedicada essencialmente ao debate do OE, a que se segue um interregno de alguns dias para reuniões das comissões especializadas para, de 6 a 8 de Dezembro, acontecer a sessão seguinte destinada à votação na especialidade do Orçamento.

Estão previstas, no total, 20 horas para esses dois debates que vão colocar frente a frente o ministro das Finanças João Serra, e o deputado do MpD Ulisses Correia e Silva, ex-detentor da pasta das Finanças no governo desse partido. Para Silva, a proposta do OE agrava a taxa de desemprego e conduz à diminuição do crescimento económico. "É um Orçamento do falhanço da governação do PAICV", sublinha.

Esse deputado faz, aliás, um retrato catastrófico do estado da economia: "A taxa de crescimento, de 4% em vez dos 5,5 previstos pelo próprio Governo para este ano, é muito inferior à média da África sub-saha-

riana e houve uma quebra do investimento privado nacional e estrangeiro".

Para além disso, Ulisses Silva sustenta que a previsão do investimento público de 16 milhões de contos para 2005 é irrealista. E fundamenta: "Em 2003 e 2004 foram previstos 14 milhões de contos mas só foram executados, respectivamente, 7,7 e 7,6 milhões de contos". Um outro ponto de confrontação é a ausência de dotação orçamental para o Tribunal Constitucional que deverá ser instalado no próximo ano.

Tudo indica pois que o MpD vai repetir a sua votação do ano passado, chumbando o OE para 2005, em cujos números não acredita. O principal partido da oposição considera, ademais, o OE como sendo eleitoralista, apontando como exemplo o aumento da pensão social mínima e o salarial na função pública acima da inflação.

"Há milhares de pensionistas das Faimo à espera de verem seus direitos reconhecidos", aponta o deputado do MpD, para mostrar a incoerência das políticas sociais do actual executivo. Ulisses Silva insurge-

se ainda contra o que considera ser cada vez maior dependência do país aos recursos externos por falta de uma política que aposte no crescimento da economia.

Esta sessão plenária tem ainda na ordem do dia, a discussão e aprovação da proposta de lei que aprova o Orçamento Privativo da AN. Deve ainda proceder à votação final global de duas propostas que vêm da sessão anterior: a que introduz o sistema de videoconferência nos tribunais e a que estabelece o regime do estatuto de utilidade turística. Será ainda discutida a proposta de resolução que aprova a conta de gerência da AN referente ao ano passado.

Ao contrário do que se esperava, a fusão das propostas relativas à lei orgânica do Tribunal Constitucional, a do governo e a da bancada do MpD, ainda não aconteceu, devendo ser apresentada na sessão plenária de Janeiro, um facto que não está a agradar a oposição.



Aconteceu

SEXTA-FEIRA, 12

• A convite do secretário de Estado da Juventude e Desporto de Cabo Verde, Américo Nascimento, uma delegação da Guiné-Bissau, chefiada pelo secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto, inicia visita a Cabo Verde. Durante a sua estada, a missão participa nas actividades comemorativas do dia do desporto cabo-verdiano e visita as infra-estruturas desportivas, culturais e de juventude existentes na capital do país.

SÁBADO, 13

• Embaixador dos Estados Unidos acreditado em Cabo Verde, Donald Johnson lecciona o último módulo do curso intensivo sobre "Constituição, Direitos Humanos e Cidadania". Organizado pela Fundação Direito e Justiça, o curso é destinado a alunos do 11º e 12º que pensam prosseguir seus estudos superiores na área do Direito.

DOMINGO, 14

• Ministro da Administração Interna, Júlio Correia está na ilha do Sal para participar nas comemorações do dia da Polícia de Ordem Pública.

SEGUNDA-FEIRA 15

• Primeiro-ministro José Maria Neves reúne-se com uma missão do Fundo Monetário Internacional. A delegação, que se encontra neste arquipélago para fazer a quinta revisão do programa estratégico de redução da pobreza, analisa e avalia com o chefe do governo a cooperação entre Cabo Verde e o FMI, bem como o desempenho económico-financeiro nacional durante o primeiro semestre de 2004.

TERÇA-FEIRA 16

• Mindelo acolhe seminário internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Neste workshop, organizado pela OASIS/SIDS, com o patrocínio do PNUD, participam para além de Cabo Verde, mais de cem delegados provenientes de África, Europa, Caraíbas e Pacífico.

QUARTA-FEIRA 17

• Uma delegação da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos chefiada pelo presidente do seu Conselho Directivo, Américo Silva, encontra-se em França onde participa no 87º congresso da Associação dos Municípios Franceses.

• Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas vai à ilha do Fogo. Durante esta visita de trabalho, Madalena Neves tem encontros com os presidentes das Câmaras de São Filipe e dos Mosteiros, com os responsáveis pelos serviços desconcentrados do MAAP na ilha e com os representantes das associações comunitárias dos dois concelhos.

QUINTA-FEIRA 18

• Instituto Nacional de Estatísticas comemora dia Africano da Estatística. Sob o lema "Gestão do Desenvolvimento Orientado pelos Resultados: O Papel da Informação Estatística", esta comemoração visa sensibilizar os governos, as instituições internacionais e a comunidade em geral sobre a importância das estatísticas para o desenvolvimento de um país.

CABO VERDE EXCLUÍDO DO MCA EM 2005

Nada está garantido

Ao contrário de 2004, Cabo Verde não integra o lote de países contemplados ultrapassa os 1465 dólares. Mas isso não impede este arquipélago de receber conforme atesta o embaixador Donald Johnson e o responsável do grupo de trabalho PIB não seja critério determinante no futuro. Caso contrário, Cabo Verde pode

Por: JOSÉ VIC

O que se temia junto de certos sectores aconteceu. Ao contrário de 2004, Cabo Verde não integra a lista dos países contemplados com o MCA para 2005. O seu PIB per capita que em 2004 quase o ia deixando de fora, desta feita acabou por determinar a sua exclusão.

Face à expectativa criada em torno do MCA, um programa bilionário destinado a ajudar um grupo selecto de países no seu desenvolvimento, a exclusão de Cabo Verde do lote de 2005 teve o efeito de um balde de água fria, e logo houve quem aproveitasse para desinformar os cabo-verdianos, dando a entender que nem os cerca de 75 milhões de dólares que a Cidade da Praia vem negociando neste momento o país iria receber.

Apercebendo-se disso certamente, o embaixador americano na Praia convocou a imprensa na passada sexta-feira, 12, para as explicações que se impunham. "Cabo Verde não foi eliminado do MCA", disse Donald Johnson. "Continuamos a trabalhar para termos um acordo bilateral, e o esforço para isso encontra-se em estado bastante avançado".

Segundo Johnson, em 2004, o PIB per capita de Cabo Verde situara-se "ligeiramente abaixo" e em 2005 "ligeiramente acima" do estabelecido como referência pelo MCC, entidade que gere os recursos do MCA.

Tirando isso, acrescenta o diplomata, os demais factores que ditaram a escolha de Cabo Verde em 2004 - boa-governança, liberdades civis, políticas, económicas etc. - continuam válidos, daí entender que a exclusão deste arquipélago do lote de 2005 não deve ser "motivo de alarme", sobretudo no que concerne às verbas já estabelecidas para aquilo que pode vir a ser o pacote cabo-verdiano para 2004. "Cabo Verde é um dos três países seleccionados cujo processo negocial o MCC já avançou bastante", diz Donald Johnson.

Com efeito, escolhido em Maio passado, três missões do MCC já estiveram no país para conhecer a realidade local e negociar a proposta cabo-verdiana ao MCA. A última missão, a mais importante até agora, aconteceu no mês passado, e tanto o embaixador americano como as autoridades nacionais acreditam que as chances de Cabo Verde permanecem fortes neste momento. "É importante que o público cabo-verdiano saiba que estamos a trabalhar activamente neste projecto", sublinha Donald Johnson.

Notícia esperada

"A não inclusão de Cabo Verde no grupo dos países contemplados com o MCA em 2005 não foi novidade para nós", diz, por seu turno, o responsável cabo-verdiano



Avelino Bonifácio: "Cabo Verde não está fora do MCA"

pelo grupo de trabalho para esse programa, Avelino Bonifácio Lopes.

Este revela que a não inclusão de Cabo Verde no lote de 2005 era praticamente um dado adquirido há pelo menos três meses. "Quando soubemos disso, ainda pensámos em fazer lobby, mas depois vimos que não valia a pena gastar energia nisso, preferindo concentrar os nossos esforços no pacote de 2004, para voltarmos à carga em 2006".

Para Bonifácio Lopes, o mais importante neste momento é que "Cabo Verde não está fora do MCA", dado que continua a reunir as condições para disputar os fundos do programa. "O facto de em 2005 as autoridades americanas terem estabelecido um PIB per capita de US\$ 1465 como o tecto

máximo não quer dizer que esse montante venha a ser o mesmo em 2006 ou nos anos seguintes. Da nossa parte vamos procurar mostrar às autoridades americanas que o PIB pode não ser a melhor referência".

É que, para Avelino Bonifácio Lopes, ao eger o PIB como factor determinante, deixando de fora países como este arquipélago, o MCA corre o risco de ver os seus objectivos desvirtuados. "Se a ideia é premiar quem gere bem, não faz sentido ajudar um país como Cabo Verde a dar um saltinho e logo a seguir empurrá-lo ribanceira abaixo. Portanto, há aqui uma contradição entre o princípio da boa-governança e a prática imposta pelo factor PIB per capita. Mesmo com um PIB de 2000 dóla-

Por causa do seu PIB per capita, neste momento acima dos 1400 dólares, Cabo Verde ficou de fora do MCA para 2005. No seu lugar entrou Marrocos, um país de longe mais rico do que estas ilhas e de quem, aliás, a Cidade da Praia tem recebido ajuda.

O Produto Interno Bruto é um dos indicadores mais usados em economia. Tal como o Produto Nacional Bruto nominal, o PIB nominal serve para medir a actividade económica de um dado país. A totalidade do rendimento quando dividida pelo número de habitantes resulta o PIB per capita.

À luz do PIB per capita, Cabo Verde é mais rico que o Marrocos, ainda que, em termos absolutos ou brutos, esse país do Magrebe seja de longe muito mais rico do que estas ilhas. Tanto assim que, por ironia, agora que este arquipélago se viu a braços com os gafanhotos do deserto, o reino marroquino disponibilizou uma aviãoeta para combater essa praga. E quem diz Marrocos diz vários outros países que, pelos seus indicadores económicos e sociais, integram o grupo dos Países Menos Avançados e são de longe mais ricos do que Cabo

MALDI

O, nada está perdido

com o MCA em 2005. Estas ilhas ficaram de fora porque o seu PIB per capita das verbas de 2004, nem tão-pouco de continuar na corrida nos anos seguintes, trabalho nacional do MCA, Avelino Bonifácio Lopes. A luta agora é fazer com que o fizer adeus ao MCA.

VICENTE LOPES



Donald Johnson: "Estamos a trabalhar activamente"

nomia; e desenvolvimento dos recursos humanos. E, dos vários subprogramas, constam a ampliação e modernização do porto da Praia, a construção de um terminal de combustíveis em Santiago, a construção de reservatórios de água, estradas em todo o arquipélago, etc. Ainda que longe dos 118 milhões de dólares almejados inicialmente, os cerca de US\$ 75 milhões potencialmente reservados a Cabo Verde mantêm as autoridades (e o país) expectantes quanto ao impacto desses recursos no progresso deste arquipélago.

Questionado se os US\$ 73,5 milhões estão garantidos, Avelino Bonifácio Lopes responde: "Teoricamente, enquanto não se assinar o contrato, nada está confirmado. Tanto podemos sair com os US\$ 73,5 milhões, como sair sem nada, como também podemos até conseguir um valor superior a esse montante. Tudo continua a depender da nossa capacidade de convencer os responsáveis do MCC de que o país é capaz de tirar o melhor proveito desses recursos".

Por ora, a bola está do lado de Cabo Verde, que tem ainda de entregar os últimos elementos solicitados pelo MCC, nomeadamente o quadro de indicadores de rentabilidade e a taxa de retorno dos projectos, assim como o plano de seguimento e avaliação das propostas, para assinatura do contrato.

E, seja qual for o montante conseguido por Cabo Verde, a verba vai ter que ser canalizada para o Orçamento do Estado, de modo a integrar a "cadeia de controlo" político e fiscal, tanto a nível do parlamento como do Tribunal de Contas, ao mesmo tempo que as autoridades americanas vão fazer o seu seguimento a partir de Washington.

A execução dos projectos, essa, será feita sob a coordenação de uma unidade estratégica afecta ao Gabinete do Primeiro-Ministro, que reúne no seu seio câmaras municipais, câmaras de comércio, ONG's e associações. "Trata-se de um sistema diferente das UCP's", diz Avelino Bonifácio Lopes.

Visto como o maná de que Cabo Verde andava a precisar, a gestão do *dossier* MCA por parte do governo não tem deixado de merecer críticas, algumas veladas. Há quem fale em amadorismo, sendo disso exemplo o núcleo que vem gerindo o *dossier*, que continua a trabalhar de forma *ad hoc*, quase na base da militância ou de da boa vontade dos seus membros. Também não faltam rumores de que Avelino Bonifácio Lopes está de saída.

Confrontado com este quadro, o entrevistado de **A Semana** mostra-se cauteloso: "As condições que eu entendi que eram indispensáveis para realizar este trabalho continuam a não existir. E confesso que gostaria de ter melhores condições de trabalho". E sobre a sua intenção de deixar ou não a tarefa, prefere não produzir nenhum comentário.

res, com as vulnerabilidades que tem, esse valor não representa muito para Cabo Verde", defende aquele economista.

Enfim, arredado que se encontra do bolo de 2005, para o entrevistado de **A Semana** importa agora Cabo Verde apostar nas conversações que o devem levar a garantir os recursos de 2004. Recorde-se que a Cidade da Praia apresentou ao MCC uma proposta de 118 milhões de dólares que, depois das conversações realizadas caíram para cerca de 75 milhões de dólares. "Das conversações realizadas os nossos interlocutores nos sugeriram a focalizarmos as áreas por nós indicadas, o que, por sua vez, implicou o abaixamento da nossa proposta para 73,5 milhões de dólares", diz Avelino Bonifácio Lopes.

É que da análise da proposta cabo-verdiana e dos dados da economia nacional, os homens do MCC concluíram que o montante pretendido por Cabo Verde era demasiado elevado, tendo em vista a capacidade do país de absorção e execução dos projectos em causa para o período de três anos (2005/07). Por isso, feita a "refocagem" que se impunha, o entrevistado de **A Semana** acredita que no primeiro trimestre de 2005, o mais tardar no segundo trimestre, o país começará a receber as primeiras verbas que o permitirão arrancar com os seus projectos para o milénio.

Estes englobam três componentes: desenvolvimento social e redução da pobreza; crescimento e competitividade da eco-

nomia; e desenvolvimento dos recursos humanos. E, dos vários subprogramas, constam a ampliação e modernização do porto da Praia, a construção de um terminal de combustíveis em Santiago, a construção de reservatórios de água, estradas em todo o arquipélago, etc. Ainda que longe dos 118 milhões de dólares almejados inicialmente, os cerca de US\$ 75 milhões potencialmente reservados a Cabo Verde mantêm as autoridades (e o país) expectantes quanto ao impacto desses recursos no progresso deste arquipélago.

Em resumo, a manter-se o PIB per capita como factor determinante de selecção — e caso continuar a caminhada ascendente em que se encontra — muito dificilmente Cabo Verde poderá permanecer na corrida aos fundos do MCA. Esta é a verdade a que o país deve começar a encarar.

Verde, enquanto este, à luz dos mesmos indicadores, está em vias de integrar os Países de Desenvolvimento Médio.

Este paradoxo é apenas um dos muitos mistérios da economia, que ora joga a favor de um dado país, ora contra esse mesmo país. Há 30 anos, quando Cabo Verde se tornou independente, o seu PIB per capita estava abaixo dos US\$ 200. De lá para cá, o PIB cabo-verdiano atingiu os US\$ 902 em 1990 para situar-se nos US\$ 1420 em 2002.

Visto friamente isso pode ser si-

SERÁ NOTÍCIA

NO DIA 23, o CA do Conselho Geral da CI - Agência Cabo-verdiana de Investimentos toma posse. Este CA terá nove elementos - cinco do Estado e quatro privados -, conforme os Estatutos da CI, dos quais um administrador executivo e três não executivos.

AS JORNADAS PARLAMENTARES do grupo parlamentar do Movimento para a Democracia terminam hoje, 19. Neste encontro foram analisados a situação política nacional e internacional, o Orçamento do Estado para 2005, para além de diplomas sobre o sistema de videoconferência nos tribunais e o Estatuto de Utilidade Turística.

TERMINA NA PRÓXIMA SEMANA

26, na Praia, um seminário sobre a Preservação do Património cujos destinatários são os técnicos de Museus e Património. Neste *workshop*, que conta com a parceria do West Museums Programme (WAMP) participam técnicos do Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC), do Arquivo Histórico Nacional e de algumas instituições e Câmaras Municipais.

PRESIDENTE DA AGÊNCIA CABO-VERDIANA

de Investimentos (CI), Paulo Monteiro Jr, está em São Vicente. Nesta sua primeira visita de serviço àquela ilha, e que termina no dia 21, esse responsável encontrar-se-á com as autoridades políticas da ilha, empresários de vários sectores de actividade e associações comerciais. Paulo Monteiro ainda faz visitas de cortesia a algumas entidades locais a quem dará a conhecer a nova estratégia de captação de investimentos e aproveitará esta deslocação para percorrer várias empresas na cidade.

DE VISITA AO FOGO

o ministro do Trabalho e Solidariedade, Sidónio Monteiro, vai entregar 2.500 contos às organizações da sociedade civil, no âmbito da cooperação entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde e o Ministério da Segurança Social, Família e Criança de Portugal. Além de Sidónio Monteiro, este acto conta com a presença do embaixador de Portugal em Cabo Verde. Ainda da agenda do ministro do Trabalho, constam —além da visita aos serviços dependentes do seu Ministério e às obras executadas no âmbito do Programa de Luta Contra a Pobreza — encontros com os repatriados.

Sexta-feira, 19 de Novembro de 2004

Actualidade

SEGURANÇA NAS RESERVAS MARINHAS NATURAIS



Morte no ilhéu Raso

Um mergulhador espanhol encontrou a morte enquanto praticava pesca submarina nas águas do ilhéu Raso. A Capitania dos Portos de Barlavento ainda está a aguardar o relatório médico mas tem quase a certeza que Daniel Arigita, 23 anos de idade, foi vítima de afogamento.

O cadáver do mergulhador foi resgatado pela embarcação Genize, pertencente a um natural de São Nicolau, que transportou o corpo até o Porto do Tarrafal para ser entregue às autoridades marítimas e à Delegacia de Saúde. Segundo a Capitania, trata-se do quinto acidente mortal ocorrido em dois anos entre o ilhéu e a ilha de Santa Luzia, envolvendo mergulhadores estrangeiros e cabo-verdianos. *“Estamos a falar de uma zona rica em recursos marinhos, de águas pouco profundas, mas que esconde um perigo: quando a maré sobe, forma uma forte corrente no canal. As pessoas que costumam ir mergulhar nesse sítio são, normalmente, mergulhadores amadores”*, explica o Capitão Manuel Claudino.

O transporte de turistas para o ilhéu Raso e a ilha de Santa Luzia em embarcações de boca aberta, para a prática da pesca submarina, afigura-se, segundo Claudino, uma actividade ilegal, além de ser uma contra-or-

denação às normas de segurança marítima estipuladas em Cabo Verde. Como explica, os botes não podem deslocar-se a mais de cinco milhas da costa e a lei protege a biodiversidade marinha existente nessas reservas naturais.

Tudo indica que Arigita viajou para o ilhéu Raso na embarcação Genize e contou com o apoio de um bote de pequenas dimensões. Segundo Claudino, os barcos envolvidos nessa expedição turística foram retidos pela Capitania de Barlavento, devendo o proprietário responder num processo de investigação a ser despoletado pelas autoridades marítimas. *“Tem sido hábito os pescadores de São Nicolau transportarem turistas nos seus botes para essa zona, sem a devida autorização, durante as épocas baixas da fauna. Sabem que a Capitania não dispõe de meios de fiscalização mas também têm a consciência de estarem a transgredir as re-*

gras e a lei”, afirma Manuel Claudino, que teme que a protecção da biodiversidade marinha existente no ilhéu Raso e Santa Luzia esteja a ser perturbada por essas práticas. Isto sem contar com as notícias da descoberta de embalagens de drogas escondidas nessa ilha desabitada, o que poderá indiciar também a utilização dessa zona pelas redes internacionais de narcotráfico.

Para Manuel Claudino, não restam dúvidas de que Cabo Verde precisa arranjar meios técnicos e humanos para garantir a segurança das suas águas territoriais. Reconhece, no entanto, que o país tem em curso projectos capazes de fiscalizar via satélite (GMDSS) e por meio de radares (VTS) as actividades das embarcações que navegam dentro e fora da ZEE de Cabo Verde. Paralelamente, avança que será instalado um posto de comunicação em Santa Luzia, para possibilitar o contacto com os barcos que costumam passar por essa ilha.

Segundo Claudino, 93 embarcações estão licenciadas para prestarem serviço aos turistas, e as empresas armadoras estão maioritariamente sediadas nas ilhas do Sal e da Boa Vista. Esse número é engrossado pelos navios de recreio que todos os anos sulcam as águas do arquipélago e praticam as suas actividades submarinas sem o mínimo de controlo. Por esta e outras razões, a fiscalização das águas territoriais surge no horizonte como uma das grandes prioridades do país, pois, na opinião do Capitão dos Portos de Barlavento, a própria segurança do Estado e a soberania nacional podem ficar em causa frente a eventuais actos ilícitos que possam ocorrer dentro do território, praticados por organizações criminosas. A esperança de Manuel Claudino é que a situação venha a mudar de figura com a implementação dos sistemas de comunicação e de fiscalização via satélite e por radar.

Kim-Zé Brito

MOTIM NAS RUAS DA BOA VISTA



Dois famílias do interior de Santiago, domiciliadas há largos anos na Boa Vista, envolveram-se numa briga de rua na última semana que, por pouco, não teve consequências mais graves. No rescaldo da batalha campal, em que as armas foram bocas, pedras, garrafas e outras ferramentas ao alcance da mão, pelo menos seis pessoas foram presentes ao tribunal local para legalização da prisão.

A Polícia da Boa Vista acredita que a anarquia popular vivida nesta última semana nas principais artérias da ilha pode estar relacionada com a venda de drogas. *“Penso que*

pelo menos uma das brigas pode estar relacionada com drogas. À Polícia chegaram informações de que algumas dessas pessoas vendem ‘crack’ e poderiam estar a disputar o mercado ou então algum cliente mais importante”, revela Alberto Mendes.

Felizmente, e apesar dos envolvidos na briga terem utilizado pedras, garrafas e outras armas brancas, segundo o comandante da esquadra local da POP, as consequências não foram graves. Entretanto, frisa, seis pessoas foram presentes ao tribunal por desordem pública.

CP

Duplo homicídio em Assomada

Tribunal prende autor-confesso

O tribunal da Comarca de Santa Catarina mandou prender um indivíduo de 24 anos que disse ter sido ele o autor do duplo homicídio de 23 de Outubro em Assomada. A Polícia de Ordem Pública, que tinha apresentado um outro suspeito, duvida da veracidade da confissão.

Assomada suspira de alívio ao ver encerrado o processo de investigação sobre o homicídio de duas pessoas, encontradas mortas no passado dia 23 de Outubro no centro da cidade. É que, depois de soltar um primeiro suspeito, o tribunal da Comarca de Santa Catarina legalizou no passado domingo a prisão de um indivíduo de 24 anos, apontado agora como o autor dos crimes.

Ao que consta, a POP descobriu que o jovem fora visto com um pequeno machado, o mesmo que uma das vítimas, um indivíduo de 50 anos, tinha por hábito utilizar. Chamado a depor, o jovem acabou por confessar o crime, não sem antes entregar o pequeno machado com o qual

disse ter assassinado as duas pessoas. O móbil? O agora autor-confesso do crime alega que ambas as vítimas o tinham *“enchido de porrada”* quando era mais novo. Daí tratar-se, segundo o próprio, de pura vingança. E quanto ao ataque a uma terceira vítima, que conseguiu escapar à morte, fê-lo para roubar-lhe um colar de ouro.

O tribunal de Santa Catarina considerou convincentes as declarações do jovem e ordenou a sua prisão. Esta revolta num caso que abalou Assomada, com dois assassinatos e uma tentativa de homicídio, acontece duas semanas depois de a POP ter apresentado ao tribunal daquela comarca um outro suspeito. O tribunal, entretanto, não legalizaria a prisão do indivíduo preso durante 48 horas pela polícia, alegando insuficiência de provas (ao contrário do que escreveu este jornal na anterior edição, ao confundir a apresentação ao tribunal com a legalização da prisão. Por esta confusão A Semana pede desculpas aos visados).

Entretanto, sabe este jornal, de fonte segura, que a POP-Santa Catarina coloca sérias dúvidas quanto à veracidade das declarações do suspeito, devido, em parte, ao seu estado mental - o jovem é toxicodependente, acusando alguns desequilíbrios mentais, segundo fontes policiais. O cepticismo da POP tem a ver, sobretudo, com o facto de o presumível autor ter dito que utilizou um machado para matar as suas vítimas, quando é percepção da polícia de que os cortes apresentados pelas vítimas teriam sido provocados por uma faca e nunca por um machado. *“E depois parece-nos pouco convincente tratar-se de vingança por uns tantos tabefes e caqueiradas que ele tinha recebido das vítimas quando era mais novo”*, indica uma fonte policial, que lamenta estar o processo encerrado. *“A investigação é do Ministério Público, a POP limita-se a executá-la. E o MP já deu o caso por encerrado”*, acrescenta.

A gestão camarária de Felisberto Vieira quer deixar nomeadas todas as ruas dos principais bairros da cidade da Praia antes de 2008. “A intenção é nomear as ruas e numerar as casas até o final do mandato...”. A engenheira Lavínia Fortes, responsável pela toponímia da cidade, diz que, apesar de considerar o “prazo” um pouco apertado, este é um desafio que acredita ser possível.



RUAS DA PRAIA IDENTIFICADAS ATÉ 2008

Lavínia Fortes destaca que dar nome às ruas e numerar as casas não é um trabalho que a Câmara Municipal conta realizar sozinha, pelo que se torna essencial o apoio de empresas privadas e de outros. “Se houvesse mais apoio e mais seriedade das pessoas, poderíamos avançar mais, porque o presidente tem extremo interesse no assunto, mas há pessoas que por baixo vão tentando travar as coisas”.

Mas, driblando as dificuldades, o processo de denominação e numeração, está concluído no Plateau e quase pronto no Palmarejo. Já na Achada Santo António, está-se ainda na primeira fase de numeração das casas, que começou pela área do Meio da Achada. Para a ASA, aquela responsável explica que há uma proposta de alguns nomes de ruas deixados pela gestão do ex-vereador de Toponímia, Renato Figueiredo, e que agora foram “homologados” pela Comissão de Toponímia.

Alguns exemplos são a Rua RCV, que vai passar a chamar-se Avenida União Africana, passando a actual Av. OUA a chamar-se Av. ONU. Outros futuros nomes para as ruas da Achada Santo António, já aprovados, são Rua Cidade de Gondomar, que substitui a provisória Rua ASA C2, ainda há a Avenida Cidade de Dacar, Ruas Cidade do Maputo e Cidade do Funchal, cidades geminadas com a Praia. Entretanto, há muitos nomes de ruas a serem encontrados para a ASA. Para as 120 ruas do bairro, só catorze

propostas já foram avançadas.

Um caso especial

O Palmarejo é um caso especial, segundo o ex-vereador da Toponímia, Renato Figueiredo, porque “foi aprovado o plano de urbanização já com os nomes das ruas”. Ele explica que o princípio foi atribuir os nomes das ilhas às ruas. Lavínia Fortes complementa que, pelas suas observações, às principais ruas e avenidas foram dados os nomes das principais ilhas, tendo em conta a importância das ilhas, o seu tamanho. Já os nomes das cidades e vilas, do país couberam às ruas menores, próximas à rua principal mais próxima. O exemplo da Avenida Santiago, onde está situado o jornal **A Semana**. Próxima a ela, fica a Rua Santa Catarina.

Um facto curioso que chamou a atenção deste jornal é o nome da praça próxima a **A Semana**, denominada Infante Dom Henrique, em honra daquele que foi, segundo reza a história, o fundador da escola de navegação Sages e que deu o grande “empurrão” à campanha dos descobrimentos portugueses, incluindo claro o dito achamento destas ilhas. Não estando em questão a importância histórica do Infante, questiona-se, entretanto, se o nome de uma figura nacional não seria mais apropriado para o local até porque o tempo dos descobertas já lá vai faz tempo. Mesmo que nada no

regulamento de Toponímia, ratificado pela Assembleia Municipal, proíba que tal nome seja colocado, ele prevê, entretanto, no artigo 5 que, antes de tudo, o nome da pessoa ou lugar escolhido deve ser de relevo local, regional, nacional e só depois de relevo internacional ou Universal.

Nem Lavínia Fortes, nem Renato Figueiredo sabem o porque da escolha do Infante Dom Henrique à maior praça de Palmarejo, bem no coração do bairro do mesmo nome. Mas o ex-vereador acha que essa escolha tenha surgido na lógica de que Dom Henrique embora não sendo o responsável directo pelo “descobrimento” destas ilhas com certeza foi um dos responsáveis. O que faz algum sentido. Mas então não faria mais sentido, Praça Amílcar Cabral, o pai da nacionalidade cabo-verdiana? Só uma sugestão...

Escusando-se a tecer qualquer comentário sobre as escolhas toponímicas, Lavínia Fortes aconselha a quem não agrada algum nome que apresente propostas, como fizeram os habitantes do bairro Craveiro Lopes, esse sim um nome questionável. “Os moradores dos bairros podem criar comissões para propostas de nomes à comissão do município que decidirá a sua validade ou não”.

As dificuldades

Para cumprir a sua tarefa a CMP, imagi-

ne, tem-se deparado com algumas dificuldades junto de um ou outro município. Uma delas é a recusa de algumas pessoas em permitirem a colocação de placas nas paredes dos imóveis. Lavínia Fortes explica que a lei municipal, no seu artigo 12, reza que “os proprietários dos imóveis em que devem ser colocadas as placas não poderão recusar a permitir que a Câmara Municipal proceda à sua colocação”.

Mas há outras dificuldades que impedem, por enquanto, a colocação de placas são elas a falta de urbanização ou de arruamentos bem definidos, as ocupações clandestinas de encostas e outras áreas críticas. Dificuldades que foram e vão sendo contornadas com um levantamento prévio das ruas da cidade, para reconhecer a situação e se adaptar critérios para a toponímia das ruas.

E se em alguns bairros a equipa camarária esbarra com dificuldades, noutros, com o Craveiro Lopes, uma comissão de moradores trabalhou ajudando a edilidade. Os nomes já foram colocados para a numeração das portas. Fortes explica ainda que os números devem ser colocados de norte para sul, nascente, poente, este, oeste, pares à direita e ímpares à esquerda. Se for uma rua de um sentido, a numeração deverá começar no sentido do trânsito. Em largos e praças, a numeração segue o movimento do ponteiro do relógio.

Kaunda Simas

SANTO ANTÃO

Estradas vão receber obras

O Instituto de Estradas vai iniciar, dentro de dias, a substituição de parte da calçada da via que liga Ribeira Grande ao Porto Novo, assim como obras de conservação em outros troços de estrada no concelho do Porto Novo. Um trabalho inserido num plano de recuperação de algumas estradas nacionais, e que será reforçado nos próximos dois meses com um pacote de intervenção nas vias de todo o arquipélago.

As obras previstas para Santo Antão, a iniciarem ainda este mês, vão abranger, além da via que liga Porto Novo aos restantes concelhos santantonenses, a construção de dois muros no Alto Mira e obras no acesso ao Ponto Sul. Desde logo, a substituição das calçadas em Esponjeiro e em Águas das Caldeiras vai satisfazer sobremaneira os condutores da rodovia Ribeira Grande/Porto Novo, pois há muito tempo reclamam daqueles “altos e baixos que destroem os amortecedores dos carros” e os obrigam a reduzir “drasticamente a marcha” nesses troços.

Outrossim, esse trabalho de benfeitoria naquela via contribuirá para melhorar a segurança rodoviária em Santo Antão já que, com uma calçada em boas condições, o condutor não terá necessidade de andar em contra-mão para se des-

viar dos buracos. As obras nos dois referidos troços, cujo orçamento ultrapassa os três mil contos, devem iniciar ainda este mês, de acordo com o presidente do Instituto de Estradas, Luís Silva.

Também está a arrancar a construção de dois muros para proteger a via de acesso ao Alto Mira dos sucessivos entupimentos por causa da enxurrada das chuvas. De resto, a associação comunitária daquela localidade do interior do Porto Novo já assinou um contrato no valor de três mil contos com o Instituto de Estradas para realizar o trabalho, portanto prevê-se que as obras sejam iniciadas em breve. Esta obra também constitui o “pagamento de uma dívida antiga” aos moradores daquela zona, já que desde o início da década de 90 aguardavam a construção dos referidos muros.

O mesmo pacote de recuperação das rodovias contempla, ainda, melhorias no troço que liga a vila do Porto Novo ao Ponto Sul, muito danificado pelas chuvas deste ano.

Como se vê, esse projecto beneficia sobretudo o concelho do Porto Novo em Santo Antão mas, conforme Luís Silva, estão previstas intervenções em outras estradas nacionais “no âmbito desse mesmo pacote”, do qual consta um

investimento de 10 a 15 mil contos na recuperação dos acessos a Tarrafal de Santiago.

O presidente do IE adianta ainda que também se vai intervir na “zona de sombra”, na via que liga Mosteiros à cidade de São Filipe, assim como no acesso à Campana, na ilha do Fogo. São Vicente, também terá o seu quinhão, com quatro mil contos para recuperar a estrada de Salamansa. Estão programadas também obras para a ilha de São Nicolau.

Neste momento o IE prepara “um grande pacote de projectos” que prevê várias intervenções em estradas de todo o arquipélago. Segundo Luís Silva, além de desobstruir as diversas vias danificadas pelas chuvas, esse programa de “obras de emergência visa garantir emprego às famílias cabo-verdianas que se deparam com dificuldades financeiras por causa do mau ano agrícola”.

Aquele responsável não quis avançar os montantes a serem investidos nesses trabalhos, pois “tudo vai depender dos recursos disponibilizados pelo governo e pelas instituições internacionais”. De todo o modo, a mesma fonte prevê que as obras arranquem dentro de um a dois meses.

João Almeida Medina

ADMILSON

procura ajuda

O Admilson tem cinco anos, mas só há poucos meses vive com os pais numa casa que é o retrato daqueles que vivem abaixo da linha da pobreza em Cabo Verde. Uma diabetes, diagnosticada quando tinha apenas um mês de idade, manteve-o mais de quatro anos no hospital. A mãe, sem saber lidar com a doença, e sem recursos para as necessidades especiais do filho, tinha medo que Admilson morresse nos seus braços.



O Admilson, menino de sorriso bonito, está há pouco tempo na pequena casa que divide com os pais e dois irmãos em Achadinha. Uma diabetes manteve-o preso ao hospital durante cerca de quatro anos. E agora, depois que a mãe tomou coragem para o levar para casa, e lidar com uma doença que exige duas injeções de insulina por dia, faltam recursos para manter iluminado o sorriso de Admilson.

Mais do que as palavras da mãe, sem emprego e sem qualificações, e do sorriso triste do pai, a padecer também ele de uma doença que o faz vomitar sangue, e que ninguém explica o que é, o próprio sofrimento do Admilson, que a dada altura da reportagem começa a passar mal, é a imagem cabal da sua situação. A mãe, acostumada à sua dura

realidade, diz: "Nha bem odja, ele sta ta sua, é fome, doença tá ataca".

Isso mesmo, depois de um pequeno almoço magro, o menino, que precisa de boa alimentação e a horas certas, não tinha comido nada até às 11 horas. O pai, sempre paciente e carinhoso - "dona, tem 24 anos quim sta cu el. El é drêtu, gosta di sês fidju, ma ê cá tem trabajo", diz dona Conceição - até tenta fazer um leite. Mas o menino não quer. Ao que tudo indica, já enjoou, por ser o leite o seu único alimento.

Valeu-lhe, naquela altura, o dinheiro da repórter, e um irmãozinho mais velho que já sabe da doença corre a comprar-lhe um iogurte natural. Os outros, com açúcar, nem pensar. "A doutora disse que se ele tomar é morte certa". O azar, depois da correria, é que

o irmão de Admilson trouxe um iogurte dos grandes, e a casa não tem o básico, quanto mais um frigorífico. Por isso é necessário voltar à loja enquanto a criança sofria mais um pouquinho à espera de alimento.

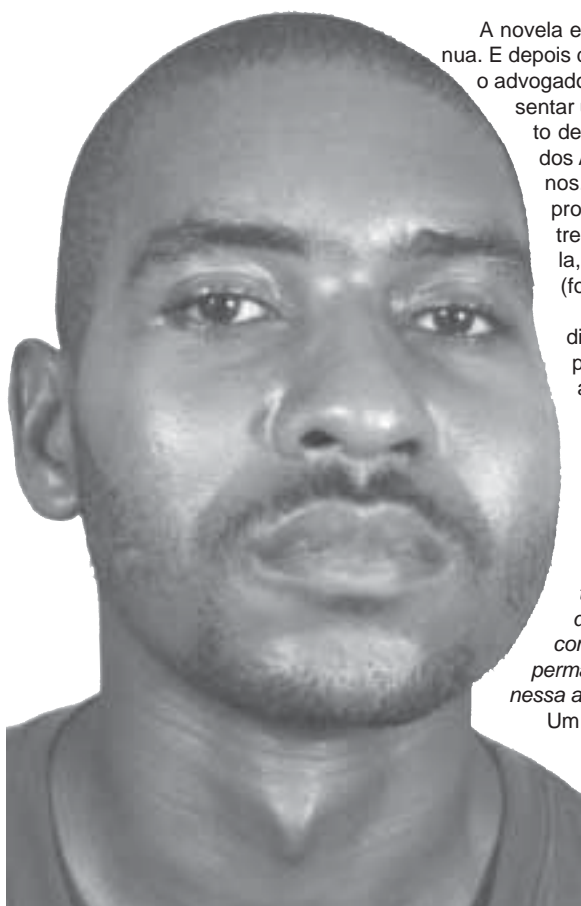
Pela cena descrita se vê que falta dinheiro para a comida, que não estava garantida naquele dia, pois, apesar da boa vontade, os vizinhos não podem ajudar todos os dias. Falta, também, dinheiro para o transporte, para levar Admilson, duas vezes por dia, ao hospital para as suas insulinas. Além disso, faltam outras condições básicas para que os pais desta criança possam ter esperança em relação ao futuro do filho e da família.

Entretanto, apesar da situação em que vive, parece que é através do Admilson, que a vida da família vai começar a mudar para

melhor. O menino já ganhou um padrinho na América, decidido a mandar uma quantia mensal em dinheiro nem que seja, somente, para garantir-lhe um iogurte diário. Em Cabo Verde o artista plástico Mito decidiu, também, fazer a sua parte. Doou um dos seus quadros, expostos na Palácio da Cultura, para a causa do Admilson.

O quadro do Mito vai ser leiloadado hoje à tarde, na Biblioteca Nacional, numa iniciativa que se junta a outras, desencadeadas pela Acrides, e que visam todas dar um futuro ao menino, melhorando a vida da sua família. Um primeiro passo para que, no futuro, o problema do menino seja só a diabetes, doença que a cada dia vitima mais cabo-verdianos, inclusive meninos como o Admilson.

Cidadãos acusam PJ de abuso de poder



A novela em torno do assalto na Universidade Jean Piaget continua. E depois do suspeito ter dito que foi espancado pela PJ, aparece o advogado do mesmo, Manuel Barbosa, a anunciar que vai apresentar uma exposição à ministra da Justiça e dar conhecimento deste caso à Procuradoria-Geral da República, à Ordem dos Advogados e à Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Ainda na mesma linha o advogado assegura que vai proceder criminalmente contra alguns agentes da PJ, entre eles o inspector Paulo Rocha. De consciência tranquila, Rocha assegura que jamais bateu em Silvino Semedo (foto), principal suspeito do roubo na Piaget.

Manuel Barbosa, advogado de Silvino Semedo - que diz ter sido espancado por agentes da Polícia Judiciária - procurou **A Semana** para de denunciar uma situação de alegado abuso de poder por parte da PJ. Esta é acusada de não ter permitido que o detido contactasse o seu advogado.

Segundo Barbosa, "o agente da PJ que alegava ordens superiores do inspector Paulo não permitiu o contacto entre o detido e o seu advogado. E mesmo quando o advogado voltou no segundo período, o agente da PJ continuou a recusar-lhe o contacto com o seu constituínte, alegando que o inspector se encontrava ausente da PJ, isso quando o seu carro estava lá fora. O encontro com o inspector só aconteceria depois de o advogado ter permanecido nas instalações da PJ cerca de duas horas. E nessa altura o inspector disse que o detido seria libertado".

Um outro aspecto mencionado por aquele advogado é o tempo que o seu cliente passou preso em regime preventivo.

"O detido passou mais de 48 horas preso nas instalações da PJ. Desde às 16 horas de sábado até às 17 horas da terça-feira seguinte, quando a lei diz que dentro de 48 horas o detido tem que ser apresentado ao juiz e que a autoridade policial tem que ter uma decisão deste quanto à manutenção ou soltura do detido".

Curioso também, ainda Manuel Barbosa, foi a polícia de investigação "obter a confissão do arguido através de tortura, violência e coacção física", quando a Constituição diz que é nula qualquer prova obtida através de coacção ou tortura. E o advogado junta a isso o facto de a PJ proceder a busca domiciliária sem ser mandatado pelo juiz e sem consentimento do próprio arguido.

Diante disso, aquele advogado espera que a ministra da Justiça mande inquirir a veracidade das acusações relativas ao comportamento do inspector Paulo Rocha. E se elas ficarem provadas que medidas sejam tomadas para evitar que no futuro isso aconteça a qualquer detido nas instalações da PJ quer esteja na qualidade de suspeito quer esteja lá como testemunha".

Contactado por **A Semana**, Paulo Rocha nega ter batido em Silvino Semedo. "Eu não posso ter batido no Silvino, e com ferro como ele diz, sem deixar uma marca nem no rosto nem na cabeça. Sobre o inchaço no rosto, quando ele chegou à PJ já tinha o rosto meio inchado, o que me leva a suspeitar que ele estava com uma inflamação dentária".

Rocha desmente, outrossim, que tenha impedido o advogado de falar com o seu cliente. "Aliás, eles estiveram em contacto mais de uma vez". Quanto às buscas domiciliárias, "elas foram feitas por piquetes e com a autorização do irmão do suspeito. E isso aconteceu quando eu ainda desconhecia o caso Jean Piaget".

Quanto à intenção do advogado de levar o assunto a instâncias superiores, Paulo Rocha diz que "reclamar é um direito de todos, seja com verdade ou inverdades" e por isso afirma-se tranquilo.

Recorde-se que Silvino Semedo, guarda da Universidade Jean Piaget, é um dos suspeitos do assalto que aconteceu há duas semanas naquela instituição de ensino e onde foram roubados cerca de mil contos. Na noite em que aconteceu o roubo, Semedo, que entretanto pedira dispensa, alega que foi para um churrasco na casa de um primo.

No dia seguinte ao assalto, a PJ foi procurá-lo, detendo-o e a mais três suspeitos. Depois, Silvino Semedo contou que, nas instalações da judiciária, foi espancado com um ferro, no rosto e na cabeça, alegadamente pelo inspector responsável pelo caso e por mais um agente até que confessasse o roubo.